

Para FMI, Brasil deve manter o Bolsa Família

A diretora-gerente Christine Lagarde disse ontem que o país deve enfrentar gargalos e investir em infraestrutura. Fundo apresentou agenda com políticas pró-crescimento

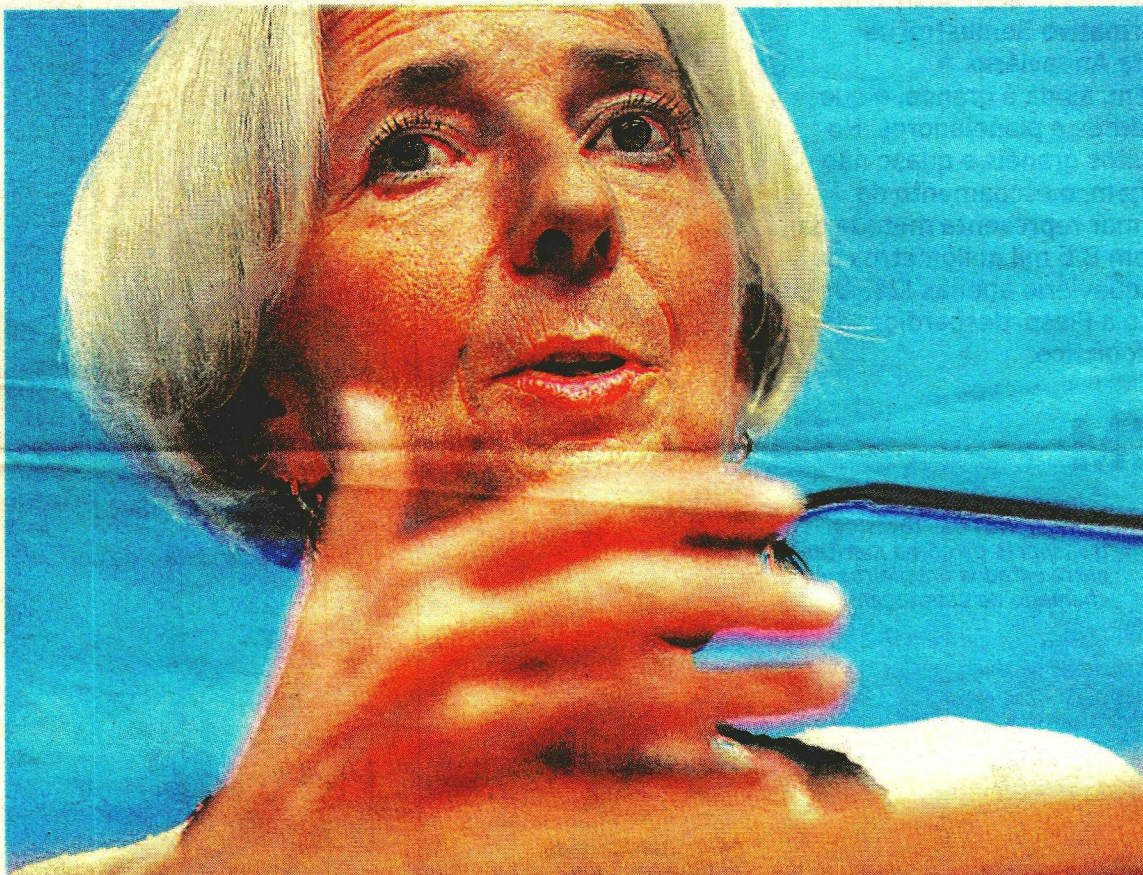
Sonia Filgueiras

sonia.filgueiras@brasileconomico.com.br
Brasil

Um dia depois de cortar suas projeções para a expansão do mundo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) lançou sua receita para tentar evitar o ritmo de crescimento global “mediocre”. Ontem, a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, apresentou sua agenda de políticas econômicas globais, que incluiu uma série de medidas sugeridas aos países membros do Fundo para estimular o crescimento. Ao destacar a heterogeneidade nos ritmos de expansão entre os países, Lagarde citou o Brasil entre, outros países, em um contexto negativo. Segundo ela, nos mercados emergentes, a China segue em ritmo forte, apesar da recente perda de fôlego, a Índia tem apresentando números melhores que o esperado e “claramente há uma maior desaceleração no Brasil e na Rússia”.

Lagarde sugeriu que o governo eleito no Brasil mantenha os programas de transferência de renda. “O Bolsa Família, que ajuda famílias pobres, deve continuar, seja na forma atual ou de outra”, disse, em debate realizado durante a assembleia anual do FMI em Washington. Lagarde afirmou que existem muitos gargalos na economia brasileira. “Esses problemas devem ser enfrentados porque existe um talento, existe uma energia na economia brasileira que deve ser liberada”, comentou.

Na terça-feira, o Fundo reduziu de 1,3% para 0,3% a previsão de crescimento para o Brasil em 2014. Para 2015, a estimativa é de 1,4%. Para a economia global, o FMI vê expansão de 3,3% em 2014, e de 3,8% em 2015, contra 3,4% e 4% estimados antes. No caso do Brasil, o Fundo recomenda especificamente a elevação dos investimentos em infraestrutura como forma de eliminar estrangulamentos e estimular o crescimento potencial de médio prazo. No caso dessa recomendação, o país figura junto com Índia e África do Sul. No caso dos países desenvolvidos, isso funcionaria como um impulso importante para a demanda no curto prazo, além de contribuir para o desen-



Jonathan Ernst/Reuters

Para o Brasil, Lagarde sugeriu que o governo eleito mantenha os programas de transferência de renda

volvimento nas economias emergentes e de baixa renda.

Ontem, a diretora do FMI afirmou ainda que há cada vez mais “especificidades” na evolução econômica entre os países. “Dentro de cada grupo (economias avançadas e emergentes) alguns países estão à frente, e outros estão ficando para trás. Nas economias avançadas a recuperação é impulsionada pelos EUA e Reino Unido, enquanto que a área do Euro e o Japão estão atrasados”, disse ela.

De maneira geral, a agenda de Lagarde sugere políticas fiscais pró-crescimento, reformas que removam distorções nos mercados de trabalho e de produtos, melhorem os fluxos de crédito para o setor produtivo e eliminem problemas de infraestrutura. No caso da política monetária, a agenda aponta para a execução de políticas acomodatórias — ou seja, mais flexíveis — no caso de países e áreas de baixíssimo crescimento, como a Zona do Euro e o Japão. Países com inflação elevada ou altos déficits em conta corrente, como Áfri-

O fundo reduziu de 1,3% para 0,3% a previsão de crescimento para o Brasil em 2014. Para 2015, a estimativa é de 1,4%. Para a economia global, o FMI vê expansão de 3,3% em 2014

ca do Sul e Turquia, devem apertar sua política monetária para reduzir as vulnerabilidades. O documento também recomenda maior independência e credibilidade à política monetária para permitir flexibilidade nas taxas de câmbio. Lagarde espera, com isso, criar um novo “ímpeto” para o crescimento, com “mais crescimento, mais empregos, melhor crescimento, melhores empregos”.

O Fundo ainda faz uma reco-

mendação geral para que os países busquem reformas trabalhistas capazes de ampliar a oferta de emprego. “As reformas do mercado de trabalho são uma prioridade para muitos, incluindo os países devedores da Zona do Euro, os Estados Unidos, e várias grandes economias emergentes”, diz a agenda. O Fundo menciona a redução do custo de contratação, programas de treinamento e outras medidas como reduções adequadas em contribuições sociais dos empregadores, como medidas eficazes em países com elevado desemprego dos jovens. A flexibilização às barreiras de comércio e investimentos nos setores de serviços é citada como receita para diversas economias emergentes, como forma de aumentar a produtividade e apoiar o crescimento. Neste caso, um diagnóstico doméstico aponta em direção semelhante. A Secretaria de Assuntos Estratégicos vem estudando formas de permitir a contratação de mão de obra qualificada estrangeira em setores onde a oferta interna seja insuficiente.

A RECEITA DO FMI PARA RESTAURAR O CRESCIMENTO

■ Reformas no mercado de trabalho para reforçar criação de empregos (EUA, Brasil, China, Índia e África do Sul são citados).

■ Flexibilizar as barreiras ao comércio e ao investimento.

■ Elevar o investimento, em especial na área de infraestrutura. Nos países desenvolvidos objetivo é estimular a demanda; nos emergentes, eliminar estrangulamentos.

■ Reduzir lacunas na educação, incentivar a inovação, promover a inclusão financeira, melhorar o ambiente de negócios, integrar plataformas e políticas de energia.

■ Desenvolver estruturas fiscais pró-crescimento, que incluem reduzir a evasão fiscal, elevar a eficácia do gasto e a ampliação do investimento público produtivo. No caso das economias avançadas, o ritmo e a composição das políticas fiscais devem ser calibrados para apoiar o crescimento. Para emergentes e países em desenvolvimento de renda mais baixa, recomenda-se ampliar a base tributária e melhorar a administração fiscal.

■ Execução de políticas monetárias acomodatórias (no caso de países e áreas de baixíssimo crescimento, como a Zona do Euro e o Japão). Países com inflação elevada ou altos déficits em conta corrente (como África do Sul, Turquia) devem apertar sua política monetária para reduzir as vulnerabilidades.

■ Dar maior independência e credibilidade à política monetária para permitir flexibilidade nas taxas de câmbio, para proteger a economia em caso de choques externos. Intervenções de curto prazo para evitar volatilidades.

■ Melhorar os fluxos de crédito para os setores produtivos.

■ Aumentar a resistência a novas crises, eliminando as áreas de sombra no sistema bancário capazes de comprometer a estabilidade financeira com reforço na regulamentação, supervisão e desenvolvimento de ferramentas macroprudenciais para reduzir riscos financeiros.

■ Acelerar a preparação para condições financeiras “menos benignas” a partir da “normalização monetária” de economias importantes.

■ Cooperação para evitar impactos de políticas monetárias dessincronizadas.